

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2022 PROPOSTAS E SUGESTÕES

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

No âmbito da elaboração das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022, a Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira vem reafirmar uma visão clara para a política autárquica, que promova uma verdadeira justiça social, que defenda os serviços públicos e que invista de uma forma decisiva no desenvolvimento do território. Apesar da persistência do Bloco de Esquerda na apresentação sucessiva de propostas que promovem o desenvolvimento do Concelho e uma maior justiça social, seja na preparação de orçamentos municipais, nas reuniões de Assembleia Municipal ou em situações específicas que exigem respostas concretas, o Executivo Municipal não tem demonstrado vontade política de as integrar nos sucessivos orçamentos.

A promoção de políticas que contribuam para a justiça social, para a defesa dos serviços públicos e para a valorização do trabalho são ainda mais importantes no contexto atual. A experiência mostra-nos que as consequências provocadas pela pandemia da covid-19 não são simétricas, afetam de sobremaneira os estratos socioeconómicos mais desfavorecidos, onde a pobreza, os salários baixos, a discriminação e a constante degradação dos serviços públicos, representam os mais profundos obstáculos à integração e autonomia dos mais desfavorecidos. A correção destas assimetrias é uma função basilar da política pública e esta vontade deve estar

refletida no orçamento municipal. Reiteramos nos pontos abaixo as propostas do Bloco de Esquerda para as grandes opções do plano, cientes da sua exequibilidade técnica e do seu cabimento no orçamento municipal de Santa Maria da Feira. Haja vontade política para tal.

Santa Maria da Feira, 11 de dezembro de 2021

Deputado Municipal, Santa Maria da Feira

Bloco de Esquerda

AS CONTAS MUNICIPAIS MOSTRAM QUE OS RECURSOS EXISTEM.

No ano de 2020 o município de Santa Maria da Feira registou um excedente de **52 MILHÕES de EUROS**, um aumento de cerca de 12 Milhões de euros face ao excedente observado em 2019. As sucessivas revisões do orçamento da despesa promovidas pelo executivo, não se traduziram num aumento significativo do investimento em programas sociais nem contribuíram para o reforço dos serviços públicos. Este excedente não é sinal de boa governação. Este excedente mostra-nos dois factos: (1) que mesmo com recursos significativos o executivo continua a não dar resposta aos desequilíbrios sociais que se verificam no território; (2) que este executivo continua a ser muito incompetente na execução dos investimentos anunciados, senão vejam-se os 36,86% de execução dos investimentos anunciados para 2020.

Aos recursos existentes no excedente municipal, podem crescer recursos decorrentes de poupanças em despesas irracionais e do abandono de opções políticas lesivas para o erário público. O Bloco de Esquerda volta a reiterar que a redução do recurso a serviços adquiridos externamente, a consultorias e assessorias, a utilização de software de acesso livre e a redução do recurso ao arrendamento de serviços e espaços pode permitir uma poupança significativa que permitiria, por exemplo, triplicar o investimento em programas sociais. Abandonem-se também as concessões a privados com consequências lesivas para o Município.

Portanto, existem recursos para implementar em medidas sociais e económicas de apoio às famílias e ao investimento. Haja vontade política para tal.

ONDE INVESTIR EM 2022

A nova realidade, criada pela pandemia e agravada pelo falhanço da resposta das políticas autárquicas, trouxe consigo desafios novos e tantos outros já conhecidos. A luta pela garantia dos direitos do trabalho, pelo direito à saúde, à habitação, à igualdade, à cultura e pelo ambiente é agora mais urgente do que nunca.

Perante o maior desafio dos nossos tempos é necessário afirmar políticas que respondam às pessoas, combatendo a crise e garantindo um futuro digno. Na resposta

à crise, o modelo de sociedade defendido pelo Bloco de Esquerda é o único capaz de responder às pessoas: mais serviços públicos, mais habitação pública, mais apoios sociais, melhores condições de trabalho, melhores salários, mais ambiente, mais igualdade. É assim que a população é defendida nos tempos mais difíceis. É assim que a política autárquica deve atuar neste tempo, e em qualquer tempo. Elencamos, de seguida as propostas políticas do bloco de Esquerda nas diferentes que devem constar das grandes opções do plano e da proposta de orçamento a apresentar pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para o ano de 2022.

A. HABITAÇÃO E URBANISMO

Viver numa habitação condigna é um direito universal consagrado na Constituição da República Portuguesa. Compete ao Estado e às autarquias locais a construção de habitações públicas que sejam disponibilizadas a preços adequados e acessíveis aos rendimentos das famílias que delas necessitam. Em Santa Maria da Feira, o Parque Habitacional Público é manifestamente insuficiente: em fevereiro de 2020 existiam 363 pedidos de habitação social registados no município, envolvendo um total de 904 pessoas. As condições de habitabilidade do edificado demonstram a necessidade urgente de reabilitação da habitação social propriedade da Câmara Municipal (e.g., Bairro Social de São João de Vêr). Importa recordar que a Estratégia Local de Habitação para o município de Santa Maria da Feira apresenta um plano de investimento a médio prazo que permitirá dar resposta a muitas das carências habitacionais sentidas por centenas de Feirenses. São 11 milhões e 569 mil euros de investimento até 2025 e que incluem nova construção a custos controlados em terrenos de propriedade do Município, aquisição de fogos para requalificação, aquisição de fogos prontos a habitar no mercado e soluções de arrendamento para posterior subarrendamento. Também em virtude da assinatura do protocolo com Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para o 1.º Direito, é da mais elementar necessidade que o investimento previsto na Estratégia Local de Habitação esteja plasmada no orçamento municipal para 2022 e no Plano Plurianual de Investimentos.

Ao nível do urbanismo, e conforme sucessivamente reiterado pelo Bloco de Esquerda em Assembleia Municipal, é fundamental que o município cumpra a lei na remoção de todas as barreiras arquitetónicas do espaço e edifícios públicos e que promova uma correta arborização dos espaços públicos.

Assim propomos:

1. Previsão em orçamento e execução do plano de investimentos da Estratégia Local de Habitação nos termos e tempos definidos nesse mesmo instrumento;
2. Requalificação de TODO o parque edificado de habitação social e dos espaços públicos adjacentes;
3. A criação de um programa de rendas a custos controlados através da reabilitação de casas devolutas e construção de nova habitação pública;
4. Que o modelo de habitação social a implementar esteja integrado na malha urbana e, deste modo, mais inclusivo, e que se distribua de acordo com as necessidades identificadas nas diferentes freguesias do território;
5. A criação de um Programa Habitação Jovem através da bolsa de arrendamentos de casas vazias e devolutas, especialmente destinada a jovens que procuram a sua emancipação;
6. Repensar as cidades do ponto de vista urbanístico, tornando-as progressivamente mais inclusivas e isentas de barreiras arquitetónicas, promovendo deste modo a mobilidade dentro do concelho (do ponto de vista do peão);
7. Implementar normas de construção sustentável, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada;
8. Arborização adequada das avenidas e passeios do concelho;
9. Pintar passeadeiras com regularidade e construir passeios rebaixados.

B. DIREITOS SOCIAIS E INICIATIVAS DE AÇÃO SOCIAL

A promoção dos direitos sociais representa um dos principais desafios das sociedades modernas e onde as autarquias desempenham um papel fundamental. Os problemas sociais são complexos nas suas causas e manifestações e para serem abordados de forma efetiva necessitam do envolvimento de todos os agentes. Desde a formação individual e coletiva até aos programas de monitorização e defesa dos direitos sociais, todos temos uma responsabilidade. Cabe ao poder local dinamizar iniciativas que mitiguem as causas das várias manifestações de discriminação e promovam um município justo, igualitário, inclusivo e socialmente saudável. O trabalho feito até aqui pelo executivo de Emídio Sousa caracteriza-se por uma visão isolada dos problemas sociais e sem articulação com os diferentes agentes, por dificuldades de comunicação com as diferentes instituições de natureza social que operam na área territorial do concelho e sem uma visão de desenvolvimento pessoal e coletivo na intervenção social. E, lamentavelmente, continuamos a assistir a baixas execuções orçamentais nesta área tão importante. Acresce que os problemas sociais são agravados pelos baixos salários que afetam a maioria dos Feirenses, pela atual situação pandémica e pelo aumento do custo de vida. As verbas destinadas para os diferentes programas, e o número de programas continuam a ser manifestamente insuficientes. Finalmente, a concessão da exploração da água aos interesses privados continua a penalizar os feirenses com uma das águas mais caras do país e é fundamental que esta injustiça seja corrigida. A curto-médio prazo com a remunicipalização da água, a no imediato com a implementação automática da Tarifa Social na Água.

Assim, propomos:

1. Criação do Plano de Ação para os Direitos Sociais que identifique de forma detalhada as diferentes realidades sociais do Município, que operacionalize iniciativas de formação e intervenção adequadas e que preveja a forma e o financiamento adequado destas iniciativas;
2. Criação do Gabinete para os Direitos Sociais que integrará os gabinetes já existentes na Câmara Municipal que abordem temáticas relacionadas com a

igualdade e violência de género, e que alargue o seu espectro de ação para os domínios da discriminação racial e da defesa dos direitos da comunidade LGBTIQA+;

3. Declaração do Município como Zona de Liberdade LGBTIQA+;
4. O aumento de 1% para 5% no orçamento municipal para a ação social que se traduza num aumento dos programas e das verbas destinadas aos programas existentes. A título de exemplo, o Cartão Feira Sénior conta com uma dotação na ordem dos 1500€, insuficiente para o número de feirenses possivelmente abrangidos por esta medida;
5. Reforço da publicidade e divulgação dos diferentes programas sociais do Município, adequados ao público-alvo, e distribuídos por todas as freguesias do território;
6. A criação de um Plano de Emergência Social no concelho;
7. Um Plano Social de Habitação através da nova construção e da reabilitação dos fogos existentes;
8. A implementação automática da Tarifa Social da Água;
9. Um programa de Participação na Aquisição de Medicamentos;
10. Um programa de Pequenos Consertos em Habitações de Idosos;
11. Um programa de Combate à Solidão na Terceira Idade;
12. A criação de um Gabinete de Apoio e Encaminhamento para vítimas de Violência Doméstica;
13. Um programa Municipal de Promoção e Sensibilização da Igualdade de Género e fim de Discriminação baseada na Orientação Sexual e Racial;
14. A criação de equipas multidisciplinares capazes de responder às carências do SNS, em particular nas áreas da psicologia, oftalmologia e medicina dentária.

C. SAÚDE

Em matéria de saúde temos menos médicos e enfermeiros por habitante do que a média dos municípios nacionais. Temos apenas uma cadeira de médico dentista para os cerca de 140 mil habitantes do concelho e observam-se carências graves de médicos especialistas nos centros de saúde. A pandemia veio agravar os problemas existentes, principalmente na área da saúde mental, onde a resposta atual é manifestamente escassa e o Hospital S. Sebastião (HSS) não tem capacidade para responder às necessidades de saúde da população. O Bloco de Esquerda defende um maior investimento, não só no HSS, mas também nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) e na Rede Nacional de Cuidados Continuados do concelho. Este investimento só será conseguido com mais recursos para o SNS e uma maior dotação orçamental. É fundamental que as Unidades de Saúde Familiar do concelho estejam dotadas de todas as condições necessárias para o trabalho junto da população, principalmente aquelas localizadas na periferia do território (e.g., Vale).

1. A contratação de mais profissionais de saúde para o Hospital e para a rede de Cuidados de Saúde Primários;
2. A concretização de investimentos que são absolutamente necessários, como é o caso da aquisição de equipamentos de ressonância magnética, as obras nas urgências e a ampliação das instalações de modo a aumentar a capacidade de resposta;
3. Dotar os Cuidados de Saúde Primários de mais consultas, nomeadamente em áreas como a Nutrição, Psicologia, Podologia, Fisioterapia, Saúde Visual e Saúde Oral;
4. Aumentar as equipas de saúde pública dotando-as de profissionais de várias áreas do conhecimento, tais como epidemiologistas, estatísticos e profissionais das ciências sociais e comportamentais;
5. A instalação de, pelo menos, mais duas cadeiras dentista no concelho e a consequente contratação de mais médicos dentistas;

6. Reforço da resposta na saúde mental, com a criação de gabinetes de prevenção de ansiedade e depressão. Propomos também a criação de respostas de cuidados continuados de saúde mental e de residências para a reabilitação psicossocial de doentes psiquiátricos.
7. Dotar os Cuidados de Saúde Primários de alguns meios complementares de diagnósticos, como por exemplo raios-X, o que permitirá dar uma resposta mais rápida a casos agudos pouco urgentes, aliviando a pressão sobre o HSS;
8. Alargar o horário de funcionamento de alguns CSP em pontos geográficos chave do concelho, para também contribuir para o alívio do HSS;
9. Promover a implementação de unidades de cuidados continuados no concelho de Santa Maria da Feira, de gestão pública;
10. Reforçar, em conjunto com o ACES, os cuidados de saúde ao domicílio;
11. Criação de um Plano Municipal de Saúde.
12. Investimento na requalificação das Unidades de Saúde Familiar do concelho.

D. JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

Na educação há um longo caminho por percorrer. Em Santa Maria da Feira a oferta de creches públicas não responde à procura. Apesar da aprovação pela Assembleia da República de um projeto do Bloco de Esquerda para a instalação do ensino secundário na escola pública de Paços de Brandão, continuamos com apenas duas Escolas Secundárias públicas em Santa Maria da Feira, e não temos uma oferta pública de ensino superior no espaço geográfico do concelho. Acresce que é também fundamental o aumento da capacidade humana nos estabelecimentos de ensino atualmente em funcionamento.

Assim, na área da Juventude e Educação propomos:

1. O aumento do número de lugares nas creches públicas e o investimento na construção de novas creches, que garanta um lugar para todos;
2. Criação de mais uma escola secundária no concelho;
3. Santa Maria da Feira está inserida no distrito de Aveiro e faz parte da Área Metropolitana do Porto, onde se encontram instaladas duas das mais importantes universidades portuguesas. Assim, propomos que se afirme a vontade política do Município em atrair para o espaço geográfico de Santa Maria da Feira pólos universitários públicos;
4. O aumento do número de Assistentes Operacionais, de forma a responder às reais necessidades das Escolas no concelho;
5. O aumento do orçamento para o material de desinfeção, bem como a garantia da existência de EPI's para todos estudantes, docentes e funcionários;
6. Acabar com a precariedade dos auxiliares de educação contratados pela autarquia;
7. Criação de parques desportivos e de lazer nos arredores dos Estabelecimentos de Ensino;
8. O reforço da verba e do número de bolsas de estudo atribuídas pela Câmara Municipal, desburocratização do processo de candidatura e maior rapidez no processo de atribuição de bolsas;
9. Criar espaços de compensação e acompanhamento pedagógico para a superação dos défices de aprendizagem;
10. A implementação, em todas as escolas do concelho, de um sistema de empréstimo de livros escolares.

E. EMPREGO E ECONOMIA

Em Santa Maria da Feira mais de 20% da população ativa vive com rendimentos anuais abaixo do limiar de risco de pobreza e 64% com rendimentos brutos anuais por sujeito passivo abaixo dos 10.000 Euros. As dificuldades geradas pelos baixos salários são ainda agravadas pela atual situação pandémica e pelo aumento generalizado do custo de vida. Enquanto sociedade enfrentamos ainda um novo paradoxo: temos a força de trabalho jovem mais qualificada de sempre e que é também a mais afetada pela precariedade laboral. Quando ouvimos falar da necessidade de atrair mais emprego para o concelho, devemos também perguntar-nos que empresas queremos no concelho? Necessitamos de emprego mais qualificado, atrativo para a mão de obra mais qualificada, com melhores salários e condições para os trabalhadores. Estas empresas também necessitam de um executivo camarário que lhes dê as melhores condições infraestruturais para levarem a cabo a sua atividade. Infelizmente as infraestruturas camarárias nas zonas industriais estão degradadas e é imperativa uma intervenção imediata.

Assim propomos:

1. A inclusão de critérios relacionados com o impacto ambiental do setor de atividade e do recurso a contratos de trabalho sem termo na atribuição de isenções parciais da derrama.
2. A inclusão de boas práticas laborais e critérios de qualidade salarial, tais como a ausência de vínculos precários, como requisitos obrigatórios na atribuição dos selos de qualidade *good makers*;
3. A promoção de programas de qualificação laboral e tecnológica, que potenciem o desenvolvimento das indústrias que operam em Santa Maria da Feira, e que atraiam parcerias estratégicas com unidades de investigação e desenvolvimento universitárias;
4. A requalificação de todas as infraestruturas camarárias das zonas industriais do município, munindo-as de melhores acessibilidades, mais lugares de estacionamento e melhores ligações com a rede de transportes públicos.

F. ÁGUA E RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS

É incompreensível a opção política tomada pela privatização do direito universal à água, que resulta em custos avultados para os munícipes sem que as famílias mais desfavorecidas possam usufruir de uma tarifa social automática. Em Santa Maria da Feira a Água e o Saneamento estão entregues à gestão da INDAQUA - Indústria e Gestão de Água, S.A. Em Santa Maria da Feira, a INDAQUA pratica uma das tarifas mais caras do país e a mais cara do distrito de Aveiro. Acresce que, para além de não garantir o acesso igualitário a estes serviços básicos pelo território, a atuação da INDAQUA pauta-se por uma atitude persecutória para com os Feirenses.

Assim defendemos:

1. a remunicipalização imediata da Água;
2. a aplicação de uma tarifa social automática que abrangerá mais de 10.000 famílias e garantirá uma redução de 50% no preço da água;
3. a aplicação do tarifário de famílias numerosas para agregados com 4 ou mais membros, garantindo o acesso à quantidade de água mínima indispensável ao custo mais baixo;
4. o fim das taxas de ligação e o fim da taxa de disponibilidade;
5. a remunicipalização do serviço de recolha de resíduos, garantindo que todo o concelho tem acesso a este serviço a tempo e horas e de forma igual.

G. TRANSPORTES E MOBILIDADE

Em Santa Maria da Feira continuamos a assistir a uma rede de transportes públicos deficitária e concessionada a uma empresa que falha aos feirenses. Num concelho moderno o transporte público deve ser a 1.^a opção e para tal é necessário um aumento da rede de transportes públicos e da sua frequência.

Propomos, por isso:

1. A construção do Centro Coordenador de Transportes no centro do concelho, algo que o executivo tem prometido mas que não tem tido vontade política de traduzir as palavras em ações;
2. Um estudo sério e independente sobre as insuficiências da rede de transportes públicos no concelho e das alterações necessárias para a sua recapacitação;
3. Devolver a gestão da Transfeira à autarquia e fazer com que este serviço cubra todo o concelho;
4. A aplicação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) no Concelho de forma a eliminar as desvantagens dos feirenses em relação aos restantes municípios da Área Metropolitana do Porto;
5. Revitalização da Linha do Vouga, promovendo o uso do transporte ferroviário com a criação de linhas que permitam o acesso aos serviços públicos e disponibilidade dos percursos, horários e custos;
6. Promover a intermodalidade dos transportes públicos coletivos e dos modos ativos de mobilidade, aumentando a rede de ciclovias e de sistemas públicos de bicicletas partilhadas, garantindo a sua gratuitidade;
7. Criação e requalificação de paragens de autocarro acessíveis a toda a população e distribuídas por todo o território.

H. AMBIENTE, ACESSIBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

A concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira tem acompanhado e testemunhado os graves danos ambientais provocados pelas políticas do executivo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Para além dos danos provocados por iniciativas específicas, de que é exemplo o abate de sobreiros para a construção de um estabelecimento comercial, o executivo investe menos de metade do que a média de todos os municípios portugueses em matéria de proteção ambiental. Se, em 2019,

os municípios portugueses investiram em média 67 mil euros por cada 1000 habitantes, em Santa Maria da Feira apenas foram investidos cerca de 30 mil euros por cada 1000 habitantes. Mais grave ainda é a total ausência de investimento por parte do executivo em matéria de proteção da qualidade do ar e do clima, assim como na proteção e recuperação dos solos e das águas. Para o Bloco de Esquerda esta política é inaceitável. Como também é inaceitável a recusa política da observação do cumprimento da lei em matéria de remoção das barreiras arquitetónicas nos espaços e edifícios públicos.

Assim propomos:

1. A recolha dos lixos domésticos em todo o concelho 4 vezes por semana;
2. Criação de contentores subterrâneos de reciclagem;
3. Implementação de uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, fixando metas para a redução das emissões de CO2 e outros gases de efeito de estufa;
4. A criação de um Regulamento Municipal do Património Arbóreo que evite abates arbitrários de árvores e promova a arborização do concelho;
5. Redação de um Manual de Boas Práticas de Gestão do Sistema Arbóreo Urbano, evitando cortes ou podas abusivas, protegendo as árvores adultas viáveis e em condições de segurança;
6. Instalação de painéis informativos com indicação do conforto bioclimático (temperatura e outros dados) e qualidade do ar (índices de gases poluentes);
7. Elaboração de Cartas de Zonamento Climático Local;
8. Incentivar as populações para as vantagens da realização de compostagem doméstica através de campanhas de sensibilização e disponibilização de equipamento;
9. Promover maior informação junto da população para a possibilidade de obtenção de compostores através da SULDOURO;

10. A requalificação séria e exaustiva das margens do rio Cáster e de todos os cursos de água do território;
11. A criação de passadiços juntos as linhas de água;
12. A criação de parques de lazer nas freguesias;
13. Criação de pontos de reciclagem específicos para dias de feiras e mercados locais;
14. O levantamento e a eliminação de todas as barreiras arquitetónicas existentes no concelho;
15. A reabilitação dos parques infantis e dos equipamentos existentes nas urbanizações de habitação social e nas diversas freguesias;
16. A construção de novos parques infantis em todo o concelho;
17. Contratação de Guarda-Rios no concelho de Santa Maria da Feira;
18. A criação de jardins, praças arborizadas e locais dotados com equipamentos de acesso gratuito;
19. Criação de parque florestal municipal (pulmão verde);
20. Redução das plantações de eucaliptos no concelho e reflorestação com árvores autóctones;
21. Limpeza e manutenção de trilhos florestais do concelho de Santa Maria da Feira.

I. CULTURA

A cultura é fundamental para o desenvolvimento de uma cidadania plena. Os municípios desempenham um papel fundamental na promoção de atividades culturais e criativas junto da população. Em Santa Maria da Feira nem tanto. Os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística mostram que, em 2019, os municípios

portugueses investiram em média 50,50€ por habitante em atividades culturais e criativas. Já em Santa Maria da Feira, a Câmara Municipal investiu apenas 10€ por habitante, num total de investimento em atividades culturais e criativas 5 vezes inferior à média dos municípios portugueses. O Bloco de Esquerda propõe uma série de medidas que pretendem fazer da cultura um investimento sério e efetivo no Município de Santa Maria da Feira. Desde o reforço financeiro do Programa de Apoio a Projetos Culturais, até à descentralização da agenda cultural, pretendemos que todos os Feirenses tenham acesso a um desenvolvimento cultural pleno. Acresce que o setor cultural foi dos primeiros a ser afetado pela pandemia de Covid-19. Os espetáculos foram cancelados, os museus fechados e os cinemas encerrados. Num setor onde a precariedade laboral é a regra e rotina, e as estruturas de produção são tipicamente de micro e pequena dimensão, a desproteção dos trabalhadores é total. A inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos para o setor revela-se particularmente penalizadora. Infelizmente, o concelho de Santa Maria da Feira não é exceção. Por todo o concelho existem artistas, companhias e associações que viram as suas fontes de rendimento abruptamente eliminadas pela pandemia. Salvar esses agentes culturais deve ser um desígnio da autarquia.

Propomos:

1. A revisão urgente do Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais, no sentido da sua desburocratização;
2. O aumento do investimento anual em atividades culturais e criativas para valores na ordem da média nacional;
3. Apoiar a constituição de tecido associativo que promova projetos criativos com conteúdo alternativo na área cultural;
4. A descentralização da agenda cultural, distribuindo-a por todo o território;
5. Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Artísticos e Culturais através da disponibilização de locais para ensaio ou ateliers para trabalho artístico; promoção de iniciativas culturais onde os jovens possam mostrar os seus trabalhos (concertos, exposições, concursos literários, etc.);

6. Fazer chegar a todos munícipes via correio a agenda cultural do concelho;
7. Apoios e incentivos a projetos liderados por jovens nas diversas áreas.

J. DESPORTO

Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística dizem-nos que Santa Maria da Feira é o terceiro município do país que menos investiu em atividades e equipamentos desportivos em 2019. As tão prometidas obras das Piscinas Municipais de Canedo e do Parque de Desportos Radicais tardam em ver a luz do dia.

Aqui propomos:

1. aumentar o investimento camarário em atividades e equipamentos desportivos para valores próximos da média nacional;
2. reabilitar todos os parques de desporto e ringues no concelho;
3. concretizar o prometido parque de desportos radicais;
4. promover o início da obra das Piscinas Municipais de Canedo;
5. aulas de natação para o desporto adaptado;
6. construção de equipamentos de ginásio ao ar livre distribuídos por todo o território;
7. uma Tarifa Social para os utilizadores das piscinas;
8. a criação de uma ciclovia capaz de funcionar como via estruturante no concelho.

K. PATRIMÓNIO

Os Feirenses merecem políticas que valorizem o Património Cultural e Arquivístico do concelho. Infelizmente, parte significativa do Património cultural está deixado ao abandono e é gerido de uma forma obsoleta. Existe uma clara desvalorização e desinvestimento no Património Arquivístico. Este património existe, mas não é aproveitado a bem da cultura do Concelho.

Relativamente à defesa do Património, propomos:

1. A reabilitação e a criação de espaços culturais e de interesse cultural no concelho;
2. A realização de um levantamento arqueológico, sério e exaustivo, de forma a atualizar e completar as deficiências da carta arqueológica e patrimonial em vigor;
3. Constituição de um gabinete de arqueologia e património com mais recursos humanos e participativo na comunidade;
4. A criação de roteiros: arqueologia, arqueologia industrial e património histórico;
5. Incentivar a valorização e a reabilitação do património cultural, através da possibilidade de expropriação e apenas nos casos de risco iminente (abandono, destruição, exposição a vandalismo);
6. Criar iniciativas que promovem a democratização do acesso ao património arquivístico do concelho;
7. Desenvolver todos os trabalhos necessários e recomendados para devolver o Castro de Romariz aos Feirenses e a quem nos visita, nomeadamente através da instalação do centro de interpretação na proximidade do próprio Casto de Romariz;
8. Contratação de profissionais das ciências da informação que visem o auxílio na digitalização do arquivo concelhio no que respeita aos formatos em papel;

L. PROTEÇÃO CIVIL

Propomos:

1. Criação da figura do comandante da proteção civil municipal;
2. Mais meios humanos para a Proteção Civil Municipal;
3. Criação de um plano de segurança em todas as escolas;
4. Criação de um plano de emergência para as zonas industriais;
5. Bocas-de-incêndio com caudal e pressão suficiente para abastecer;
6. Regime de incentivos às corporações de bombeiros voluntários do concelho;
7. Criação efetiva do registo das indústrias existentes: tipos de materiais manuseados, riscos associados e envolvente urbana ou florestal;
8. Mapeamento das zonas florestais: acessos, espécies e envolvente urbana;
9. Limpezas das matas e dos terrenos abandonados;
10. Garantir que os planos de defesa da floresta e planos municipais de emergência e proteção civil sejam amplamente debatidos e atualizados com regularidade;
11. Criar uma equipa de sapadores florestais, recorrendo aos fundos comunitários disponíveis.

M. BEM-ESTAR ANIMAL

O bem-estar animal é um tema central para o Bloco de Esquerda. Neste sentido, é urgente:

1. A criação da Rede de Bem-Estar Animal do Concelho da Feira constituída, entre outros, pelas associações de defesa animal do concelho e clínicas veterinárias, apostando na promoção de respostas diversificadas, tais como a

- criação do Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, que evidencie as necessidades do concelho nesta matéria e que proponha soluções práticas e eficazes, como a aposta na esterilização dos animais errantes e de companhia, e a promoção da adoção responsável;
2. Garantir a gratuidade nos cuidados veterinários dos animais de companhia das famílias carenciadas, nomeadamente ao nível da esterilização, consultas e colocação de microchip;
 3. A criação de um voucher para um check-up anual gratuito para todos os animais de companhia das famílias do Concelho, junto das clínicas veterinárias e associações que façam parte da Rede de Bem-Estar Animal;
 4. Garantir que o centro de recolha/canil tem a capacidade adequada para as necessidades e que é feita uma aposta na esterilização e não no abate;
 5. Uma aposta em campanhas de adoção e sensibilização para o bem-estar animal nas escolas e centros de dia;
 6. O acompanhamento e sensibilização junto dos donos de animais de companhia, no sentido de garantir os cuidados necessários aos animais e também os cuidados ao nível da higiene urbana e saúde pública;
 7. A Proibição de qualquer espetáculo que coloque em causa o bem-estar animal, infligindo dor e até a morte;
 8. A criação de espaços para cães – “*Dog Park*” – que podem ser incluídos dentro de parques municipais.

N. ESTACIONAMENTO

As concessões deste executivo têm sido quase uma imagem de marca, mas nenhuma é mais paradigmática do que a do estacionamento. Na prática, entregou-se o espaço público a uma empresa incumpridora, agora insolvente e que penalizou de

sobremaneira os Feirenses. O Bloco de Esquerda esteve sempre contra esta concessão.

Nesta matéria propomos:

1. terminar com o contrato de concessão atual e mobilizando todos os mecanismos legais para a cobrança da dívida;
2. tornar o espaço público de estacionamento a céu aberto gratuito;
3. criar um local de Estacionamento para Autocaravanas com construção de área de apoio com WC público, dinamizando o turismo e o comércio local no concelho.

O. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Muito trabalho há a fazer na promoção da participação cidadã. A proximidade inicia-se com um compromisso forte na promoção da transparência e na democratização das opções tomadas. Seja na disponibilização de informação pública, seja na abertura para ouvir a vontade da população afetada pela Reorganização Administrativa Territorial Autárquica promovida pela Lei Relvas.

Aqui propomos:

1. Publicitação de todos os concursos, cadernos de encargos, concorrentes, critérios de avaliação e respetivo júri numa plataforma de fácil acesso;
2. Referendos locais para aferir a vontade da população no que toca à saída ou permanência nas Uniões de Freguesia;
3. Transmissão em direto das reuniões do executivo e assembleia municipal e disponibilização para da gravação para consulta posterior;
4. Reuniões do Executivo e Assembleia Municipal descentralizadas e em horários que as/os cidadãos possam participar;

5. Criação da figura do Provedor Municipal;
6. Criação de um espaço online denominado de “*Feira de Ideias*” onde os munícipes possam submeter propostas para as diferentes áreas de atuação municipal. As propostas ficarão em debate público, podendo ser apreciadas e comentadas por outros participantes.